

INCURSÕES NA MEMÓRIA POLÍTICA EM CHAVE CONTEMPORÂNEA PERSPECTIVAS LATINO-AMERICANAS

Javier Alejandro Lifschitz

RESUMO

O artigo refere-se a uma pesquisa em andamento sobre autores contemporâneos latino-americanos que, desde distintos lugares de enunciação, interpelam à memória política à luz das singularidades da região, particularmente das transformações do campo político e o passado recente de golpes militares.

PALAVRAS-CHAVE: memória política; América Latina e ultradireitas; memória e conflito; guerras híbridas e cultura.

ABSTRACT

The article refers to an ongoing research on contemporary Latin American authors who, from different places of enunciation, question political memory in light of the singularities of the region, particular the transformations of the political field and the recente past of military coups..

KEYWORDS: political memory; Latin America and the far-right; memory and conflict; hybrid wars and culture.

*Toda memoria es una revisita, um retorno a buscar lo olvidado y no
sabido de cada uno.
(Horácio González)*

INTRODUÇÃO

As denominadas *guerras híbridas* contra governos populares na América Latina e os recentes governos de ultradireita na região tiveram – e continuam tendo – a memória política como um de seus principais alvos. Procura-se atacar, inverter e dilapidar a memória da política de experiências históricas progressistas e o legado de lideranças populares. As consequências disso para a prática política são notáveis, porque a memória é o lugar de emergência de sujeitos políticos. Isso pode ser estendido à práxis da esquerda em geral, como mostrou Enzo Traverso (2018) em *Melancolia*

de esquerda, que versa sobre o decisivo lugar que têm as memórias políticas sobre aquilo que o autor denominou “cultura de esquerda”.

Como podemos observar no livro *Política e vertigem* (Lifschitz, 2020), vivenciamos na política da América Latina a operação de verdadeiras máquinas semióticas por trás de fenômenos como a banalização e a inversão da memória política, que chegou a ser tão extremada durante o governo de Bolsonaro (2019-2022) no Brasil, e atualmente no governo de Milei na Argentina. Também figuras políticas e receitas de política econômica neoliberal, que fizeram a maioria da população empobrecer, reaparecem, com o esplendor da novidade. “O neoliberalismo é o presenteísmo”, diz Jorge Alemán (2016).

Entretanto, as ultradireitas não só combatem a memória política dos outros. Parecem não pretender a produção de uma memória, porque o sujeito político que visam é perecível, sem lastro, e nisso radicalmente diferente das construções simbólicas do liberalismo do século XIX, preocupadas em escrever narrativas nacionais de longa duração, fundantes da nação. Em suma, trata-se de uma das equações sociais da época: mais ultradireita, menos memória política.

É possível pensar, porém, que a ultradireita esteja compelida a desmentir. Obedecer ao mandato de desmentir para poder existir e ser esse o seu sintoma político, mas de todas formas cabe constatar que o crescimento vertiginoso da ultradireita é proporcional ao apagamento de legados e à própria degradação da ordem simbólica democrática e republicana. A ultradireita persegue, de fato, essa transvaloração (anarco) capitalista, como uma versão absolutamente degradada e grotesca do vínculo humano (Sodré; Paiva, 2014).

Mais ainda, pode-se dizer que as ações “antimemória” que mobilizam o apagamento social dos legados políticos, por diferentes meios e dispositivos, abrem novas questões também no que diz respeito à teoria da memória política. Assim, em princípio, por diferentes viés, inclusive tentando novas formas de transmissão para neutralizar a desconexão com o passado e essas novas configurações, desorientam a ação política por seus efeitos devastadores no campo simbólico. O desafio é grande e exige inclusive uma reavaliação crítica das teorias sobre a memória social e política, que nos acompanharam ao longo dos últimos dois séculos e que tinham como pressuposto a relativa estabilização entre democracia e capitalismo, hoje, novamente colocada em xeque.

Nessa direção, iniciamos um diálogo com autores contemporâneos que, partindo de distintos lugares de enunciação, interpelam a memória política na época atual. Trata-se de um projeto de pesquisa em andamento no qual pretendemos discutir a

memória política a partir de autoras e autores latino-americanos que trazem diferentes maneiras de perceber e colocar aspectos impensados que se vinculam à ação política. Começamos o diálogo com dois autores argentinos, ambos atravessados pela radicalidade do terrorismo de Estado e advertidos dos múltiplos cruzamentos que dividem o sujeito em sua historicidade. No caso de Fabiana Rosseaux, um cruzamento da memória política com a psicanálise e com a experiência de ter participado da criação do primeiro Centro Estatal de Assistência às vítimas de violações aos direitos humanos na Argentina. Um programa público inaugural, inédito no marco institucional, voltado às vítimas-testemunhas nos juízos por delitos de lesa-humanidade e que envolveu também um entrecruzamento entre a Psicanálise e o Direito, já que esses dois discursos compartilharam, de forma inédita, o mesmo espaço institucional nesses centros de assistência.

As intervenções da autora buscaram refletir sobre o ineditismo desses entrecruzamentos e sobre esse momento fundacional, em que as vítimas do terrorismo de Estado e a memória dessa marca sinistra passaram a se constituir em objetivo de políticas públicas reparatórias por parte do Estado.

O segundo autor, Horácio González, é um reconhecido intelectual, recentemente falecido durante a pandemia de Covid-19. De forte projeção política, sociólogo de formação, escritor, professor universitário, diretor da Biblioteca Nacional, cronista e autor de uma vasta obra no campo das ciências sociais, especialmente na literatura e na História. De forte influência literária, em seus textos se entrelaçam de forma muito sagaz e criativa temas da política, da literatura e da cultura, e a “invenção de estratégias para comover almas; mitos e ritos propícios para o encontro afortunado”¹ que incidiram de forma notável na vida cultural e política da Argentina (Lopez, 2016, p. 31). Assim, começamos o diálogo com esses dois autores que, a nosso modo de ver, compartilham também o fato de “não se iludirem com a memória”, que admitem, ainda que de forma implícita, não haver uma memória despojada de fantasmas e que toda herança precisa ser simultaneamente assumida e rejeitada. Contudo, e atravessando esses tortuosos caminhos, buscam reescrever e reinscrever a memória política na época atual.

FABIANA ROUSSEAU E AS MEMÓRIAS IMATURAS

Quais são as implicações que o inconsciente pode ter sobre o discurso jurídico?

¹ Tradução nossa.

– se pergunta Fabiana Rousseaux. O texto em questão, “Política del inconsciente y discurso jurídico. A propósito del sueño-testimonio de Ángela Urondo Raboy” (2021), refere-se ao testemunho de Ángela Raboy, filha do reconhecido escritor, poeta e jornalista Paco Urondo, nos juízos sobre o terrorismo de Estado na Argentina.

Paco Urondo, assassinado durante a ditadura militar, esteve vinculado à vanguarda poética da década de 1950 e ao novo jornalismo dos anos 1960. Sobre seu assassinato, em 1976, diz a nota de uma agência pública de notícias da Argentina:

El fatídico 17 de junio de 1976, Paco fue emboscado en Mendoza junto con su pareja Alicia Raboy, también periodista del diario Noticias, su hija Ángela (de tan solo 11 meses) y una compañera de militancia, Renée “la Turca” Ahualli. Luego de ser perseguidos a los tiros, el auto en el que viajaban chocó y Paco les miente a sus compañeras que había tomado una pastilla de cianuro para que escapen. La patota lo detiene y lo asesinan a golpes. Alicia llegó a entregar a la bebé a un vecino, pero fue atrapada por policías de civil, llevada al D2, el centro clandestino más grande de la provincia. Continúa desaparecida hasta hoy (Se cumplen..., 2022).

A pequena Ángela, com 11 meses de idade, acabou sendo sequestrada pelos repressores e depois levada para um orfanato, onde a família de sua mãe a encontrou um mês depois. Ela foi entregue para adoção a primos, que lhe negaram a identidade de sua família até a idade de 20 anos, quando se reencontrou com o irmão. A violência da ditadura de 1976 se espalharia a toda a família de Paco Urondo. Meses depois de seu assassinato, a ditadura sequestrou e assassinou a sua outra filha, Claudia Urondo, e seu marido, Mario Koncurat. A companheira de militância de Urondo, Renée, permaneceu com vida, conseguindo fugir da ditadura e testemunhando nos julgamentos por crimes contra a humanidade que resultaram na condenação de seis policiais e militares responsáveis por crimes de lesa-humanidade.

O escritor e militante Paco Urondo já havia sido preso durante a ditadura do general Onganía (1966-1973) e continuou escrevendo poemas do cárcere, dentre os quais a memória política da poética popular preservara o intitulado “La verdad es la única realidad” (Urondo, 2006):

Del otro lado de la reja está la realidad, de
este lado de la reja también está
la realidad; la única irreal
es la reja; la libertad es real aunque no se sabe bien

si pertenece al mundo de los vivos, al
mundo de los muertos, al mundo de las
fantasías o al mundo de la vigilia, al de la explotación o de la
producción

(Francisco Urondo, Cárcel de Villa Devoto, 1973.)

Ainda na prisão, também entrevista sobreviventes de um episódio político marcante na memória política Argentina da década de 1970, conhecido como o Massacre de Trelew, um dos acontecimentos que marcaram o início do terrorismo de Estado na Argentina, como diz o escritor Tomás Eloy Martínez no livro *La Pasion segun Trelew*:

Dos hechos mayores sucedieron en Trelew hace treinta y siete años (prologo à edição de 2009): Uno de ellos se ha desvanecido casi de la historia: el alzamiento de la ciudad entera contra el poder militar y la instauración de una comuna que duró tres días, con su propio sistema de abastecimiento y sus líderes espontáneos. El otro episodio — la matanza de dieciséis guerrilleros en una base naval — ha sido evocado con frecuencia en crónicas y libros. Ambos me cambiaron la vida (...) y la matanza de Trelew se convertiría en una semilla de odio (Martínez, 2005, p. 13).

O livro de Paco Urondo, *La patria fuzilada*, foi publicado originalmente em 1973, com base nessas entrevistas. Considerado, junto ao conjunto de sua obra, um legado de referência na cultura política nacional², cabe citar um comentário do próprio autor sobre o contexto extremamente sensível em que desenvolveu essas entrevistas realizadas no cárcere:

Había una gran contención y yo sentía que debía ser muy delicado con ellos, como si ellos, en ese momento, fueran muy frágiles. Y, evidentemente, yo quería intervenir lo menos posible, como corresponde a todo entrevistador, ¿no es cierto?, que procura que hablen los otros. [...] Entonces me sentí muy complicado con ellos, muy complicado, y con esa mezcla: la necesidad de cuidarlos. No sé por qué, porque realmente los tres han dado muestras de una enorme entereza y fortaleza en todas las circunstancias que enfrentaron entonces y pasaron después. Es decir, seguramente fue una impresión mía, y ellos no necesitaban para nada de mi protección, o de ese cuidado. Pero eso

² Tanto é assim que seu nome passou a identificar na Argentina muitos grupos políticos progressistas, associações comunitárias, centros culturais e agências de notícias. Também toda sua obra narrativa, poética, ensaística, teatral e cinematográfica têm merecido diversas publicações, ensaios e antologias após a primeira antologia, *Poemas de batalla*, preparada pelo poeta Juan Gelman (Montanaro, 2003).

sentí. La solidaridad que despertaba en mí lo que iban contando me producía ese sentimiento de cuidado sobre ellos. Y ahora me pregunto: ¿acaso no hay que cuidarlos? (Urondo *apud* Delgado, 2023, p. 15).

Voltemos agora a Ángela, que era criança quando foi sequestrada junto de seus pais e mantida presa em um local de detenção ilegal. A versão dos familiares que a criaram era a de que seus pais haviam morrido em um acidente de carro e ela teria sido a única sobrevivente, mas na adolescência soube que na realidade viajavam em um carro quando foram abordados e sequestrados em uma operação militar, e então levados a um centro de desaparecimento e tortura:

Ese bebe soy yo – diz Ángela Raboy – ... ese día en que mataban a Paco Urondo, mataban a mi papá. El que me acunaba y me cantaba canciones. Lo mataban delante mío, mientras se llevaban a mi mamá arrastrándola de los pelos, quién sabe a dónde. Sólo lo saben quiénes se la llevaron(Se cumplen..., 2022).

A partir do texto de Rousseaux, o leitor acompanha o relato de Ángela, que tinha um pesadelo recorrente e que irrompe, de forma não prevista, perante os tribunais de justiça, onde estava dando testemunho por crimes de lesa-humanidade contra os acusados pelo assassinato de seu pai. Nos tribunais relatou esse pesadelo:

Era um pesadelo recorrente: transitava por longos corredores e entrava em um quarto muito iluminado, sem janelas nem iluminação e escutava passos, que provinham de uma escada³ (Rousseaux, 2021).

No início do julgamento seus advogados foram bastante relutantes em narrar o pesadelo aos juízes da causa. No entanto, acabou contando e, como coincidia com relatos de outros sobreviventes, os juízes decidiram fazer uma visita ao local onde aconteciam as torturas. Nessa visita, Ángela constatou que o pesadelo tinha a ver, de fato, com esse lugar:

Foi quando percebi que tudo o que eu tinha sonhado/testemunhado era assim. E foi a mesma coisa que as testemunhas deporiam. Meu sonho era uma lembrança? Eu tinha esses sonhos enquanto não sabia nada sobre a minha história. Entre os 2 e os 15 anos, tanto quanto me lembro. Quando comecei a ter algumas informações mais vinculadas à

³ Tradução livre do autor.

minha verdadeira história, não voltei a sonhá-las⁴ (Rousseaux, 2021).

Um sonho que a própria Ângela denominou de “memórias imaturas” e que Fabiana Rousseaux vincula à categoria limiar de “sonho-testemunha”: um sonho “probatório”, que teve um impacto inédito no campo do direito penal no contexto, também incomum, dos julgamentos por delitos de lesa-humanidade.

O discurso jurídico exige um tratamento da verdade que exclua a subjetividade e a “divisão do falante”, diz Rousseaux. Diante disso, o sonho-testemunho de Ângela teria sido um acontecimento “cuja força perfurou a opacidade do jurídico”, mostrando que aquilo que chamamos de memória da testemunha é reescrito em cada um desses atos de testemunhar perante a autoridade jurídica. Qual o estatuto de uma memória que não sabe que lembra e que operou, de forma singular, na reconstrução de um evento traumático? Esse sonho finalmente veio de uma memória ou de uma experiência? – é o que se pergunta a autora.

Trata-se de um registro onírico que habitualmente não tem valor em termos jurídicos, mas que operou enquanto “uma verdade que retorna de um lugar anterior a todo o reconstruído a instâncias da linguagem, uma verdade fundada na excisão compacta” (Rousseaux, 2021)⁵, diz a autora, fazendo referência a um conceito de Lacan. Portanto, trata-se de uma memória política dos testemunhos, uma memória implicada e que foi questionando e abrindo espaços nas instituições e na política. Daí a emergência de conceitos muito sugestivos, como o de “memórias imaturas”, que falam do caráter singular dessas lembranças “do corpo do falante”.

Contudo, como observa o sociólogo Juan Besse (2019), há uma distinção clara a fazer entre *memórias da política* e *políticas da memória*, porque nem toda memória da política dá lugar a políticas da memória. Para instituir políticas de memória são necessárias políticas de Estado que intervenham sobre os efeitos das práticas criminais e repressivas contra os direitos humanos e, como observa em seus textos Fabiana Rousseaux, essas políticas da memória atravessaram diferentes momentos políticos em que se colocaram em questão:

Si bien es cierto que las políticas de derechos humanos forman parte de las agendas estatales de los países democráticos, suelen inscribirse en hechos generalizables, contables y tecnocrizados. Pero la enorme distancia que implica convertir esa política en un dique de contención ante el dolor social, y asumir la administración del dolor como política

⁴ Tradução livre do autor.

⁵ Tradução livre do autor.

pública reparatoria, es contundente. La memoria dañada – cuando no ha sido asumida por el mecanismo regeneración social – se sintomiza en la propia construcción de los lazos. Así en el caso de Argentina, ese síntoma fue la construcción de un Sujeto político de los derechos humanos a quien el mundo le supone un saber y una transmisión (Rousseaux, 2023, p. 30).

A autora sempre parece retornar a essa experiência-limite do posicionamento do Estado perante o terrorismo do Estado. Como no texto: “30.000? !Ni idea! El Estado e o sacro” (2018), em que alude a uma declaração feita durante o governo do ex-presidente Macri, que colocava em suspeita o número de desaparecidos. “Algo de lo sagrado – diz a autora – [em] el sentido de un tratamiento posible sobre lo real, fue tocado por esos dichos de Macri y tocar lo sagrado es tocar una frontera”. E conclui: “Cuando la política se aproxima al nudo que encierra el sinsentido se desencadena un riesgo sin calculo” (Rousseaux, 2018, p. 27).

De fato, com o governo de Macri e atualmente o de Milei, essa fronteira tomou conta da política da memória em diferentes aspectos. Porém, a obra de Rousseaux é uma afirmação permanente contra esse sem sentido e em prol da memória política voltar a ser uma questão de Estado.

HORÁCIO GONZÁLEZ E A MEMÓRIA POLÍTICA ENTRE FANTASMAS

A trajetória de Horácio González está atrelada à política argentina e latino-americana, mas cabe destacar que ele viveu alguns anos no Brasil, durante a década de 1990, onde cursou o doutorado na Universidade de São Paulo (USP) e tornou-se colaborador de algumas editoras brasileiras, entre elas a Brasilense, na qual publicou diversos livros, como *A Comuna de Paris: os assaltantes do céu* (1981), na célebre coleção “Tudo é História”. Mas sua atuação se deu de modo central na Argentina, onde desenvolveu uma vasta obra acadêmica e foi fundador de diversas revistas culturais, dentre elas *El Ojo Mocho*, que marcou várias décadas de debate cultural.

Interessante apontar que essa revista dedica, na década de noventa, uma edição ao Brasil: *Tupí or not Tupí: los oficios de la vanguardia* (El OjoMocho, 1988). Nesse número, González escreve o texto “Meditaciones Brasileñas”, que trata das relações das ciências sociais com os “poderes fácticos”, tanto no Brasil como na Argentina, e escreve também uma nota editorial, que vem muito à tona com relação ao nosso

tema, porque se intitula precisamente “La memoria evocada”:

La memoria es la parte central del imaginario político, la parte menos ligada al pasado que ya se acabó. Podemos decir que solo estamos nos confrontamos con la memoria si la consideramos conflictiva, imprecisa, alterable. Memoria en el presente, no como un invitado parsimonioso, sino como una evidencia súbita y extra temporal (El Ojo Mocho, 1998, p. 5).

A questão da memória está muito presente na obra do autor. Entretanto, não há em González uma teoria da memória. Há, sim, múltiplas referências teóricas nesse campo, que vão desde William Cooke a Walter Benjamin, de Spinoza a Borges, de Gramsci a Perón. Porém, identificamos diversas definições sobre seu entendimento sobre a memória, como a seguinte, em que o autor reflete sobre o vínculo entre identidade e memória e contrapõe uma visão estática e intransitiva da memória a uma outra aberta, em que o passado irrompe no presente:

¿Qué es la memoria? Es cierto que no podemos ahora imaginar un macizo continuado de eventos que repiten una única herida o una escisión en forma de insistencia cíclica, un repertorio tabicado de hechos siempre prefigurados. Pensamos todo lo contrario. La memoria es una hipótesis capaz de invocar un legado dormido, reactualizarlo y referir de una manera nueva los acontecimientos que parecen actuar en serie, separándolos, tratándolos uno a uno, para luego reenlazarlos de manera nueva, invencional. Se rehace así una comunidad, se la despoja de su tentación al ritual de una supuesta autenticidad imperecedera, de las semejanzas hogareñas de los mitos carentes de gracia (no de los verdaderos mitos, que siempre se burlan de nosotros invitándonos a una verdad huidiza). Pero aquella característica invencional, no es una invención sin resabios, sin rescoldos del pasado o retazos supervivientes reincorporados a nuevas relaciones vitales (González, 2014).

Portanto, uma concepção que enfatiza a memória ser de fato “uma hipótese capaz de invocar um legado dormido”. Uma tese, sem dúvida, de ressonâncias benjaminianas, que evoca fragmentos de acontecimentos políticos do passado, a fim de provocar resultantes para o próprio presente. Também um método de operar com a memória através da montagem, que percebemos também em uma palestra que Horácio González realizou no Rio de Janeiro⁶, na qual abordou uma personalidade

⁶ Aula Inaugural proferida por Horácio González, no Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Auditório Paulo Freire, em 15 de agosto

histórica muito vilipendiada pela direita na América Latina: Simón Bolívar.

Na palestra, González fez alusão aos diversos retornos de Bolívar ao longo da história política latino-americana, partindo de lugares pouco percorridos pelas leituras canônicas. Comentou diversos episódios, como o fato de que, em 1930, o então presidente da Venezuela, um ditador que teve forte apoio de Mussolini, convocou um grande congresso de historiadores para reinterpretar a figura de Bolívar conforme o ideário fascista, como também fizera o *Duce* com historiadores de renome para reinterpretar a história da Itália. Porém, observa que não era a primeira vez que o venezuelano era reinterpretado. Bolívar também carrega o legado de ter sido o grande libertador da Colômbia e da Venezuela, e, mais recentemente, também símbolo da esquerda chavista. Portanto, uma memória política feita de reconfigurações que se alastravam até o próprio Hugo Chaves: “As transfigurações de Bolívar são muitas. Pode-se perguntar, foi um excesso de Chávez converter Bolívar em uma espécie de Che Guevara ressuscitado?” (González, 2017, p. 3).

São memórias que sempre acabam em perguntas e que, como emergências espectrais, são remanejadas em função de acontecimentos do presente. É o só *depois*, que outorga novos sentidos ao passado e que Freud atribui à função de rememoração, esse caráter retroativo que marca a singularidade em cada retornar. Contudo, esse retornar ao passado não é só reinterpretação. É também *salto*, em sentido benjaminiano. González também pensa a memória política como o que faz corte no *continuum* da política, o que provoca saltos na forma de construção, tal como apontava Benjamin na tão discutida tese XIV do livro *Conceptos de Filosofia de la historia* (2011): o “salto do tigre”, o salto dialético ao passado.

González intervém nessa questão benjaminiana em diversos textos. Um deles é “Benjamin en la esquina rosada” (2013). O título faz alusão a um conto de Jorge Luis Borges, “Hombre de la esquina rosada” (2018), uma saga *criolla* em uma região rural dos subúrbios de Buenos Aires no início do século XX. Em um prostíbulo, gaúchos se digladiam pela honra e há um assassinato a ser desvendado.

O próprio Borges disse em uma conferência em que tratou desse conto que o tema era “el desconocido que provoca a un desconocido, el desconocido que llega de un barrio lejano a un barrio perdido en el oeste de Buenos Aires, y desafía a otro a pelear con él”, e descreve a motivação de sua escrita:

Cuando escribí ese cuento lo hice con un propósito visual, porque me había impresionado lo visual de muchos cuentos de Stevenson y de de 2017, intitulada “A situação atual na América Latina”. Palestra transcrita na *Revista Morpheus*, v. 10, n. 17 (2017): A cultura e a memória do efêmero.

Chesterton (Borges, 2005, p. 34).

Porém, a motivação de González de ter trazido à tona o título desse conto de Borges não parece ter sido essa, mas o fato de o narrador – neste caso, o próprio Borges – se inserir na história convertendo-se em testemunha dos acontecimentos, mostrando-se inclusive como o verdadeiro assassino oculto. Um narrador implicado no relato, o *narrador ambíguo*, como diz Todorov (1970).

De fato, González esteve envolvido nos acontecimentos que analisa, e que têm a ver com a recepção da obra de Benjamin na Argentina, além de discutir o lugar que caberia à dimensão teológico-política na política do país. Um aspecto importante da reflexão benjaminiana que ele identifica na política local, tanto no discurso justificador das ditaduras militares como nos grupos insurgentes da década de 1960, chamando a atenção ao fato de terem sido muito poucos os teólogos argentinos que discutiram temas da política em geral ou nacional.

Considera que as leituras de Benjamin na Argentina teriam a ver com esse vazio de obras teológicas nativas de referência. A recepção de Benjamin estaria marcada pelo “el eco de la obra faltante”, e a intervenção do autor argentino vai no sentido de articular duas questões de sua obra: a “suspensão messiânica” e o “Estado de exceção”, que, segundo aponta, se apresentariam geralmente de uma forma dissociada. González observa que há nesses conceitos muitas questões em comum, porque a “suspensão messiânica”, que se apresenta como o lugar onde todas as alternativas da história estão presentes para serem escolhidas em nome de uma redenção, seria, na verdade, uma versão do “Estado de exceção”, não enquanto uma decisão do soberano, mas sim do testigo (com todas as implicações que isso teve nos juízos por crimes de lesa-humanidade na Argentina). Assim, vê o “estado de exceção” não como uma teoria do Estado, uma teoria da ditadura ou da monarquia, e sim como uma forma de decisão política que constitui o sujeito político (González, 2013).

Um outro aspecto de sua visão sobre a memória política é o de sempre considerar a operatória de ficções e fantasmas, talvez, como uma forma de tentar driblar os véus das narrativas políticas que buscaram tampar ou tornar irreconhecível o próprio caráter multiétnico e pluricultural do território.

Um dos fantasmas convocados recorrentemente em sua obra refere-se ao peronismo. No livro *La memoria en el atril* (2005), com base em pesquisa de arquivos, se volta a releituras sobre um dos mitos de origem desse movimento político: o dia da lealdade. É a memória política de um dia, o dia 17 de outubro de 1945, quando aconteceu essa monumental mobilização popular na Praça de Maio, em Buenos Aires,

com operários e trabalhadores vindo de todo o país, exigindo a liberdade de Perón.

O general Perón era vice-presidente e ministro do trabalho durante um governo militar (1944-1946) e tinha grande popularidade porque vinha promovendo a expansão dos direitos trabalhistas. Ele acaba sendo afastado por uma ala militar e, depois, preso. A grande mobilização força o governo a liberar Juan Perón e a convocar a eleição em que seria eleito presidente da nação. Sobre esse episódio fundacional sempre existiram debates, principalmente sobre o fato dessa impressionante mobilização popular ter sido espontânea ou organizada pelos sindicatos leais a Perón. Assim, buscando tornar esse passado contemporâneo do presente, González urge nos arquivos e lhes faz perguntas:

Nos interesa particularmente ese momento de presente recuperado, porque toda búsqueda de archivos ocurre después de haber pasado muchos o pocos años desde el archivamiento hasta la solicitud. Ese acto agita el presente. Hace que el presente – el tiempo presente – sea contemporáneo de un cierto pasado. Una sombra fue evocada (González, 2005, p.11).

“Uma sombra foi evocada” – uma frase chave que situa bem a operação de González com a memória política e que, como dissemos, inclui o uso da montagem como princípio construtivo, ao modo da *bricolagem*, de Lévi-Strauss. Como também faz em *Restos pampeanos* (2007), um livro que indaga sobre *La Pampa* argentina, um território que é suporte de muita e boa literatura, como o Sertão brasileiro, que motivou livros relevantes da literatura brasileira. No caso da *Pampa*, o encontro com escritos incisivos sobre a cultura nacional que foram em grande parte esquecidos e que González retoma ao modo de restos que incidem como “vozes internas que se obstinan en salir a la luz” (González, 2007, p. 7).

REFERÊNCIAS

ALEMÁN, Jorge. *Horizontes neoliberales en la subjetividad*. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2016.

BENJAMIN, Walter. *Conceptos de Filosofía de la historia*. Buenos Aires: Agebe, 2011.

BESSE, Juan. Conjeturas acerca de las condiciones históricas de posibilidad de

las políticas de la memoria sobre el terrorismo de Estado: la singularidad argentina. In: BESSE, Juan; ESCOLAR, Cora (ed.). *Políticas e lugares de la memoria: figuras epistémicas, escrituras, inscripciones sobre el terrorismo de Estado en Argentina*. Buenos Aires: Miño Dávila, 2019. p. 17-43.

BORGES, Jorge Luis. *Cuentos completos*. Buenos Aires: Penguin Random House Mondadori, 2018.

BORGES, Jorge Luis. La poesía y el Arrabal. *Letras Libres*, Buenos Aires, año 7, n. 82, p. 34-39, 2005.

DELGADO, Sergio. Las vidas del poeta. Conversaciones con Francisco Urondo. *Cuadernos LIRICO*, Paris, n. 25, p. 1-20, 2023.

GONZÁLEZ, Horácio. Benjamin en la esquina rosada. In: JOZAMI, Eduardo; KAUFMAN, Alejandro; VEDDA, Miguel (org.). *Walter Benjamin en la ex ESMA: justicia, historia y verdad: escrituras de la memoria*. Buenos Aires: Prometeo; Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti, 2013.

GONZÁLEZ, Horácio. *A Comuna de Paris: os assaltantes do céu*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GONZÁLEZ, Horácio. Mitos, actas, archivos: La memoria como retención y abandono. In: GONZÁLEZ, Horácio (org.). *La memoria em el atril: entre los mitos de archivo y el pasado de las experiencias*. Buenos Aires: Colihue, 2005. p.11-55.

GONZÁLEZ, Horácio. Nombre, identidad y memoria. *Haroldo*, Buenos Aires, 12 ago. 2014. Disponível em: <https://revistaharoldo.com.ar/nota.php?id=702>. Acesso em: 10 jun. 2025.

GONZÁLEZ, Horácio. *Restos pampeanos: ciência, ensayo y política en la cultura argentina do século XX*. Buenos Aires: Colihue, 2007.

GONZÁLEZ, Horácio. A situação atual na América Latina. *Revista Morpheus*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 17, p. 1-22, 2017.

EL OJO MOCHO. *Tupi or not Tupi: los oficios de las vanguardias*. Buenos Aires, n. 12-13, 1988.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. *Política e vertigem: ensaios sobre poder e luta política no Brasil do golpe*. Rio de Janeiro: Appris, 2020.

LOPEZ, María Pia. *Yo ya no: Horacio González: el don de la amistad*. Buenos Aires: Las cuarenta: el río sin orillas, 2016.

MARTINEZ, Tomás Eloy. *La pasión según Trelew*. Buenos Aires: Alfaguara, 2005.

MONTANARO, Pablo. *Francisco Urondo: la palabra en acción*. Biografía de un poeta y militante. Rosario: Homo Sapiens, 2003.

ROUSSEAU, Fabiana. 30.000? !Ni idea! El Estado e o sacro. In: ROUSSEAU, Fabiana, SEGADO, Stella (org.). *Territorios, escrituras y destinos de la memoria*. Buenos Aires: Tren en movimiento, 2018. p. 27-45.

ROUSSEAU, Fabiana. Inscribir el duelo en la desaparición: las políticas de asistencia a víctimas-testigos como nuevo paradigma de la reparación simbólica. *Historias Publicas*, Carangola, v. 1, n.1, p. 45-75, 2023.

ROUSSEAU, Fabiana. Política del inconsciente y discurso jurídico. A propósito del sueño-testimonio de Angela Urondo Raboy. #*Lacanemancipa*, 20 jul. 2021. Disponível em: <https://lacaneman.hypotheses.org/2020>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SE CUMPLEN 46 años del asesinato de Paco Urondo. *Argentina.gob.ar*, Buenos Aires, 7 jun. 2022. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/se-cumplen-46-anos-del-asesinato-de-paco-urondo>. Acesso em: 24 jul. 2024.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. *O Império do grotesco*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

TRAVERSO, Enzo. *Melancolia de esquerda: marxismo, história e memória*. Belo Horizonte: Ayiné, 2018.

TODOROV, Tzvetan. *Introduction à la littérature fantastique*. Paris: Seuil, 1970.

URONDO, Francisco. *Poemas de batalla*. Selección y prólogo de Juan Gelman. Buenos Aires: Planeta, 1999.

URONDO, Francisco. *Trelew*. La patria fusilada. Buenos Aires: Contrapunto, 1988.

URONDO, Francisco. *Obra poética*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2006.

SOBRE O AUTOR

Javier Alejandro Lifschitz

Doutor em Ciências Sociais. Professor Titular da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (UNIRIO). Coordenador do Núcleo de Memória Política da mesma instituição. Cofundador da Rede latino-americana de pesquisadores em Memória Política.